



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número IXI (.ª)
- PERGUNTA Número 1755 IXI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
10103171
O Secretário da Mesa

Assunto: "Situação da Companhia Petroquímica do Barreiro – Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal"

Destinatário: Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

A Companhia Petroquímica do Barreiro (CPB), do Grupo Hofin, Sociedade Gestora de Participações Sociais SA, tem uma situação financeira muito desequilibrada, com dívidas na ordem dos 4 milhões de euros, dos quais 2,37 milhões de euros foram reclamados.

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento através do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas (SINQUIFA), que a CPB está inactiva desde Agosto de 2009, devido à falta de matérias-primas e ao pagamento dos salários e de outras retribuições dos trabalhadores, estando a decorrer um processo de insolvência no Tribunal de Comércio de Lisboa, que pode levar ao encerramento definitivo, caso não se encontrem soluções alternativas.

A administração em Outubro de 2009 apresentou um plano de actuação para viabilizar a empresa, o qual previa a aplicação de 750 mil euros, no pagamento das retribuições aos trabalhadores em atraso, na aquisição de matérias-primas e para estabelecer acordo com alguns credores. A verdade é que não se conhece como esta verba foi aplicada e não houve nenhum desenvolvimento no cumprimento do referido plano.

Esta situação traz uma grande instabilidade quanto ao futuro da empresa e destes postos de trabalho. Esta é a única fábrica de polióis em Portugal, com produção de resinas de poliéster insaturadas, com condições técnicas e com trabalhadores especializados nesta produção.

O Governo tem de tomar medidas na defesa do sector produtivo nacional, com uma intervenção de fiscalização e de controlo do desempenho das empresas, de forma a não permitir a acumulação de dívidas, dando como exemplo a Segurança Social, credora com



maiores créditos apresentados.

É urgente assegurar a manutenção dos 33 postos de trabalho, principalmente quando o desemprego na Região de Setúbal atinge mais de 40 mil desempregados e a nível nacional são mais de 700 mil trabalhadores em situação de desemprego.

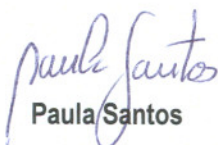
O Grupo Parlamentar do PCP soube por nota do SINQUIFA na comunicação social da existência de produtos químicos perigosos na CPB, entre os quais 14 toneladas de óxido de propileno. Alertaram também para a segurança das instalações e áreas circundantes devido ao elevado índice de perigosidade dos produtos que ainda se encontram no interior da empresa. O SINQUIFA já interveio junto da Protecção Civil e da Administração da Empresa Baía do Tejo.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo, que por intermédio do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. O Governo tem conhecimento da situação em que se encontra a CPB?
2. Quais as intervenções de fiscalização foram realizadas nesta empresa e respectivos resultados?
3. Que medidas pretende o Governo tomar no sentido da viabilização da CPB e da salvaguarda dos postos de trabalho?
4. O Governo tem conhecimento da existência de materiais perigosos no interior da CPB?
5. Que medidas tomou o Governo junto da empresa para que esta assegure que os materiais perigosos estão devidamente acondicionados e estão acauteladas todas as questões de segurança?

Palácio de São Bento, 11 de Março de 2010.

Os Deputados


Paula Santos


Francisco Lopes


Bruno Dias